

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA 418

Aos 25 dias do mês de abril de 2013, com início às 10h30m, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a quadringentésima décima oitava reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sob a presidência de Claudiney Rodrigues Carrasco e com a presença dos seguintes conselheiros: Eliane Márcia Martins Tortello, suplente do Gabinete do Prefeito Municipal – Ana Lúcia Tonon, suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo - Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Monna Hamssi Taha, suplente da Secretaria Municipal de Planejamento – Wania Maria Moreno, Paola Bassoli Costa, titular e suplente da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – Nelson Ribeiro Machado, suplente da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – Daisy Serra Ribeiro, Antônio Henrique Felice Anunziata, titular e suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Douglas Piccolo, titular do Sindicato Rural de Campinas – Tereza Penteado, titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA – Jamil Cury Sawaya, Pe. José Eduardo Meschiatti, titular e suplente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC – Sérgio Galvão Caponi, Vera Lúcia Pessagno Bréscia, titular e suplente da Academia Campineira de Letras e Artes – Regina Márcia Moura Tavares, titular da Academia Campinense de Letra – Isabella Clerici de Maria, titular do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa – Welton Nahas Cury, titular da HABCAMP – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Campinas – AEAC – Olga R. de Moraes von Simson, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC – Gabriel Guedes Rapassi, titular do Conselho Municipal de Cultura – Herberto Aparecido Guimarães, vice-presidente e conselheiro emérito. **COMUNICAÇÕES DO**

PRESIDENTE: O presidente Claudiney Rodrigues Carrasco deseja bom dia a todos. Na sequência coloca que há assuntos importantes que precisam ser vistos, portanto, há necessidade de objetividade por conta da pauta, por isso já passará para os informes explicando que no final de semana haverá eventos importantes: 1º) no domingo dia 28 às 16 h, reabertura da Concha Acústica (Auditório Beethoven) que será devolvida à população e às 17h apresentação da Orquestra Sinfônica; 2º) a Sala Ziraldo, teatro pequeno dentro da Concha Acústica que terá a apresentação da peça infantil "O Coelho Engenheiro"; é uma sala para pequenos espetáculos e quem tiver interesse em fazer alguma apresentação no local deverá entrar em contato com a Secretaria de Cultura; 3º) Semana passada, no domingo, houve a pré-inauguração do Teatro Hilda

Hilst. O teatro ficou muito bom, com uma sala circular, sem teto. O público vê o espetáculo interagindo com a natureza e a paisagem sonora; 4º) A Orquestra Sinfônica fará duas apresentações, uma em Paulínia, na sexta-feira e no sábado se apresentará na Igreja Central do Nazareno; 5º) No MACC teremos a inauguração de uma Exposição do artista plástico Egas Francisco. Continuando cumprimenta o vice-presidente Herberto Guimarães que foi eleito Presidente do Clube Regatas que completará 95 anos (neste momento o Conselho homenageia o conselheiro Herberto com uma salva de palmas). Continuando diz que foi elaborado um Decreto simples relativo a ingresso para a Orquestra Sinfônica, onde os professores e alunos da Rede Pública pagarão R\$10,00 e R\$5,00. Em paralelo está sendo elaborado um Decreto beneficiando pessoas portadoras de deficiências; o valor menor é propositivo, pois os portadores de deficiência não participam de eventos, muitas vezes se isolando. Quando o Teatro foi reformado adequou-se a questão da acessibilidade o máximo possível, não tem a acessibilidade ideal pela época de construção do prédio que é antiga. O conselheiro Cláudio Orlandi, que foi responsável pela reforma do Teatro, explica que as questões de acessibilidade foram corrigidas em 90%, foram feitas rampas de acesso, cadeiras especiais e elevadores. O máximo possível foi feito. O presidente Claudiney Carrasco informa que esses decretos serão amplamente divulgados, serão tornados públicos em todos os meios de comunicação para que a população fique sabendo desses benefícios. Continuando comenta sobre a carta da conselheira Paola Bassoli Costa que está à disposição na CSPC desde a última reunião; nesta carta ela faz uma crítica ao episódio da troca de locais e o quanto a situação foi desagradável para a Família Bassoli quanto à indicação do nome de seu avô para duas praças em Campinas, praças estas já com nomenclatura. Ela tem toda razão. Deve-se ter cuidado com as iniciativas impulsivas, onde o homenageado acaba ficando em situação de constrangimento. Conta que o MIS está passando por situação semelhante, com a indicação do nome de um fotógrafo prestigiado, João Zindar, onde a memória fica maculada. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares sugere que o Conselho faça uma moção pedindo cuidado com a questão de indicação de nomes e sugerindo para tanto uma consulta prévia. O conselheiro Roberto Simionatto diz que a Câmara de Vereadores deveria pelo menos consultar a Secretaria de Cultura para impedir que uma pessoa que tem o nome ilibado fique maculada. Acha necessário que o CONDEPACC faça um documento formal. O presidente Claudiney Carrasco diz que nestes casos pode ser feita uma consulta pública. Pergunta qual Conselheiro se proporia a fazer uma Minuta? O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira se coloca à disposição para fazer a Minuta. O conselheiro Roberto Simionatto questiona o que será feito com relação à mudança do nome do MIS? O presidente Claudiney Carrasco diz que a Secretaria de Cultura não pode simplesmente ser contra, vamos acatar a decisão da maioria, mas em vista do debate acredita que a proposta não deve passar. O MIS é contrário, mas vai pedir que se manifestem e vai defender a posição que for tomada. A minuta deve ser mais genérica, não especifica a um caso. O vice-presidente Herberto Guimarães lê a Lei 5885/87,

Artigo 2º, I e IV. Explica que é competência do Conselho, se necessário, ir às instâncias Municipal, Estadual e Federal. O Presidente da Câmara deve cumprir a Lei. Pede que o conselheiro Orlando esteja atento ao mando legal, alertando que alguns itens não estão tendo a observação do Jurídico do Legislativo. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares avalia que o CONDEPACC é um Conselho deliberativo, temos que definir as políticas públicas. O vice-presidente Herberto Guimarães diz que as relações devem ser amenas. O presidente Claudiney Carrasco informa que o Barracão de Lemos, como é conhecido, está passando por reforma e a equipe que está trabalhando se alojou no espaço, morando lá durante os serviços. A conselheira Daisy Serra Ribeiro convida os Conselheiros para que deem uma passada no local; o prédio está ficando lindo, já dá para ver as colunas internas; estão sendo executadas algumas conservações domésticas de limpeza, o chapisco foi retirado ressaltando as características originais. Continuando diz, que ontem ao ler o jornal, na parte das cartas do Correio Popular, um título em homenagem a Escola Estadual Castinauta de Barros Melo e Albuquerque, escrita por um funcionário público, de forma muito delicada, com uma mensagem de esperança focada no modelo de pessoa que Castinauta foi, uma educadora de muita importância. Quem escreveu a carta foi a Bernadete, funcionária da CSPC, neta de Castinauta. Indica para que todos leiam. A conselheira Olga von Simson enfatiza que a Escola Castinauta foi muito importante e foi também responsável pela educação da juventude da região. **COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:** O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira informa que o Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores completou, em 22 de abril, 80 anos de fundação, atualmente presidido pelo advogado e tenor Vicente de Paulo Montero, sendo que a presidência do Conselho Deliberativo fica sob sua responsabilidade. A comemoração constou de Missa em Ação de Graças no dia 21, Sessão Solene no dia 22 e no dia 27 acontecerá o Sarau Literário, às 15h00, com participação de poetas de várias associações culturais de Campinas e usuários; a comemoração de fundação se dividiu em vários dias. Informa que o Instituto assiste 75 portadores de deficiência visual e proporciona diversos outros benefícios aos seus assistidos e à sociedade; concluindo, convida aos conselheiros para uma visita à instituição, estabelecida na Avenida Washington Luís, Vila Marieta. O presidente Claudiney Carrasco diz que é um trabalho muito sério; estão desenvolvendo musicografia em braile. A conselheira Tereza Penteado pergunta sobre um documento do GAPE que deveria ter passado pelo CONDEPACC, COMDEMA e CONGEAPA, mas que não passou e não foi discutido em nenhum deles. Por que os documentos param? Em uma reunião de comissão de território do COMDEMA depararam com um processo de Brookfield Empreendimentos Imobiliários S.A. onde consta uma declaração do secretário Rogério Menezes notificando a diretoria da Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável que o COMDEMA já havia sido devidamente notificado e, portanto, o decreto atendido, mas os presidentes não podem responder pelo pleno. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que se não houve manifestação do CONDEPACC é porque esse documento não passou pelo

Conselho. A conselheira Tereza Penteado enfatiza que o pessoal que está fazendo o empreendimento diz que nenhum Conselho se manifestou. O presidente Claudiney Carrasco coloca que se o Conselho não se manifestou foi porque não passou, também pode ser que neste caso não fosse obrigatória a manifestação do CONDEPACC. A conselheira Tereza Penteado diz que o documento que chegou às suas mãos já é o fim da linha, como se todos os procedimentos tivessem sido cumpridos. A conselheira Daisy Serra Ribeiro pondera que há necessidade de se verificar se esse empreendimento é em área tombada. A conselheira Tereza Penteado pergunta também se a casa na Rua Santa Cruz ao lado do Carrefour onde uma parede tombada caiu, foi por conta da construção de um prédio do outro lado? A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que a parede que caiu não tem nada a ver com o prédio. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares pergunta quando discutiremos as sugestões encaminhadas por e-mail? A conselheira Daisy Serra Ribeiro coloca que com relação às sugestões algumas coisas já estão acontecendo em cima do que foi mandado como o item 02 da pauta de hoje. O conselheiro Sérgio Caponi informa sobre dois eventos que acontecerão na Academia: 1º) O julgamento de Franz Kafka, no dia 27 de abril, às 15h, com projeção posterior do filme "Quem foi Kafka"; 2º) no dia 16 de maio haverá Recital com Alvaro Siviero, às 20h.

EXPEDIENTE: Apreciação da ATA 417. O presidente Claudiney Carrasco coloca em votação a Ata 417 – com duas abstenções das conselheiras: Isabella Clerici de Maria e Tereza Penteado – é **APROVADA**. Na sequência o presidente propõe a inversão da pauta começando pela Ciência do Conselho, itens 01 e 02 e depois itens b, a e c da Ordem do Dia – com a concordância de todos passa para **REFERENDO DO CONSELHO – Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 01 – Protocolado nº. 13/10/15357 PG.**

Interessado: Willians José Morales Pinsetta Júnior. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de prevenção e combate a incêndio (construção de uma caixa d'água em alvenaria em uma sala sem janelas no térreo, instalação de hidrantes no térreo, primeiro e segundo pavimentos, bem como um registro de recalque no piso da Praça) no prédio do Jockey Club Campineiro, situado à Praça Antônio Pompeu nº. 39, lote 11, QT. 95, tombado pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 004/93 e Resolução nº. 020/94. Para ciência do Conselho de parecer favorável da CSPC ao pretendido desde que a rede seja instalada de forma aparente, sem promover rasgos nas alvenarias, devendo a transposição dos pisos/tetos ser feita com muito cuidado, de maneira que cause o menor impacto possível na edificação. O piso da praça deverá ser recomposto conforme se apresenta atualmente, visto que será necessária abertura de vala no chão da Praça. A conselheira Daisy Serra Ribeiro esdarece que esta solicitação teve que ser analisada e resolvida, pois havia necessidade de se colocar os hidrantes e se achar uma solução para a colocação de uma caixa d'água volumosa o suficiente para atender em caso de necessidade. Depois de muito estudar o engenheiro Augusto, da CSPC, avaliou que a caixa era muito pesada e não tinha espaço externo para ser colocada. Como os Cartórios desocuparam o prédio e dentro de um desses espaços há uma

salinha, sem janela, o engenheiro Augusto e os bombeiros, conjuntamente, concordaram com a colocação da caixa d'água nesse local, ainda mais que, por ser a caixa muito pesada, não poderia ser colocada em pavimento superior. Houve aprovação pelos bombeiros. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira pede esclarecimentos quanto ao fato da caixa d'água ficar no térreo, pois será necessário o uso de bomba para que a água chegue ao andar de cima. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que os bombeiros estavam presentes e aprovaram a proposta. A direção do Jockey com a saída dos Cartórios se apropriou de todo o espaço. O Conselho **referenda ciência** de parecer favorável da CSPC quanto a aprovação de projeto de prevenção e combate de incêndio no prédio do Jockey Club Campineiro desde que a rede seja instalada de forma aparente, sem promover rasgos nas alvenarias, devendo a transposição dos pisos/tetos ser feita com muito cuidado, de maneira que cause o menor impacto possível na edificação. O piso da praça deverá ser recomposto conforme se apresenta atualmente, visto que será necessária abertura de vala no chão da Praça. / **02 – I Fórum Municipal de Pesquisas sobre o Patrimônio Cultural Campineiro** – atividade que faz parte das comemorações que a CSPC e CONDEPACC estão fazendo referente aos 25 anos do Conselho. A proposta será encaminhada por e-mail aos Conselheiros. A conselheira Daisy Serra Ribeiro diz que a proposta do Fórum foi apresentada pela CSPC (técnicos) ao Secretário, que aprovou a proposta. A conselheira Olga von Simson pergunta se já tem data? A conselheira Daisy Serra Ribeiro responde que deverá acontecer em outubro para que haja tempo para a organização do evento. O Conselho **referenda ciência sobre o I Fórum Municipal de Pesquisas sobre o Patrimônio Cultural Campineiro** – atividade que faz parte das comemorações que a CSPC e CONDEPACC estão fazendo referente aos 25 anos do Conselho. O presidente Claudiney Carrasco esclarece que os itens com parecer favorável da CSPC estarão à disposição dos Conselheiros por cinco dias. Passa para a **ORDEM DO DIA: b – Apresentação de Estudo para Tombamento do Processo nº. 004/12 – “Subestação Lix da Cunha”** - Subestação de energia elétrica para tração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, localizada na Avenida Lix da Cunha, entre a Rua Eugênio F. Camargo na Vila Teixeira e próximo ao antigo Conjunto de Casas do IAPI. Estudo e apresentação por: Henrique Anunziata (Historiador) e Sandra Geraldi Milne-Watson (arquiteta), técnicos da CSPC. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que este estudo está aberto desde o começo de 2012 e a colocação para tombamento é importante no sentido de se resolver as áreas do entorno do Complexo Ferroviário. Precisamos resolver as questões de tombamento desta área o máximo possível. O presidente Claudiney Carrasco passa a palavra aos técnicos da CSPC para apresentação: “Nos anos de 1910, o aumento no preço do carvão mineral, que era importado, preocupava a administração da Cia. Paulista de Estrada de Ferro. Em 1916 a diretoria da Companhia solicitou ao setor técnico um levantamento sobre a adoção de um sistema de tração por eletricidade, não tendo conhecimento sobre o assunto. Em dezembro de 1919 o Eng. Francisco de Monlevade apresentou a Diretoria a proposta de utilizar o

sistema da ferrovia americana Milwaukee Road, que eletrificou o trecho entre 1915 e 1919, utilizando os equipamentos da General Electric Company (empresa esta que ofereceu financiamento e condições favoráveis de pagamento) adotando corrente contínua de 3.000 Volts. Após a entrada de energia pesada – 88.000 Volts – na Subestação Francisco de Monlevade, em Jundiá (após 1965 emancipa-se e forma-se a atual cidade de Louveira), uma parte era utilizada no próprio prédio para mover um conjunto de máquinas e o restante era transmitido para o sistema, através de torres de sustentação até o final do trecho férreo eletrificado, esta etapa dos trabalhos finalizou em Campinas, contendo este primeiro trecho aproximadamente 44 km. Dentro da Subestação localizada na Av. Lix da Cunha existe um transformador que era resfriado a óleo e recebia uma voltagem de 88.000 Volts da empresa fornecedora de energia, que baixava esta voltagem para 2.300 Volts, sendo esta a eletricidade necessária para movimentar um grupo motor/gerador a qual estava ligado. Ao receberem força, o grupo motor/gerador gerava 3.000 Volts e alimentava a rede aérea em cima da linha férrea, portanto o polo positivo. O polo negativo era criado através das soldas de um cabo de cobre entre as junções dos trilhos com o aterramento ao chão. Deste modo fechava-se o circuito e os motores das locomotivas elétricas funcionavam. Esta ferrovia foi a responsável por modificar e ampliar a matriz de tração, deixando antecipadamente o vapor e iniciando o uso de outra fonte de energia. Introduziu no país uma cultura de utilização de energia pesada, que anteriormente era empregado, somente nos países europeus e nos Estados Unidos da América. Conforme descrito acima, Campinas foi pioneira em um conjunto técnico no Brasil, pois além de ser uma das primeiras cidades do país a realizar teste (anos 80 do séc. XIX) e utilizar a energia elétrica de baixa voltagem (final dos anos 90 do séc. XIX), também iniciou o uso de energia pesada acima de 88.000 mil Volts, para equipamentos industriais, sendo o estilo construtivo utilizado para a época revolucionário, que chegaria a cidade após certo tempo, o Art-déco. Diretrizes para o tombamento: 1 – Tombamento das armações, volumetria e fachadas das estruturas construtivas na área da “Subestação de energia elétrica para tração”: - Casa da Manutenção; - Casa do transformador; - Casa do Chefe da Subestação; - Subestação de energia para tração; - Área primária de Transformadores; - Duas torres de energia de alta tensão. 2 – Tombamento dos maquinários situados na parte interna da Subestação de energia elétrica para tração: - Grupo Motor-gerador; - equipamentos internos e externos para o funcionamento da usina ligados a tração”. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares pergunta se esta área é da FEPASA? A conselheira Daisy Serra Ribeiro responde que é um acervo do Governo Federal, que vem nos últimos dois ou três anos, passando para os Municípios. O presidente Claudiney Carrasco explica que está havendo muita confusão, cada um é dono de uma coisa. Tivemos a Daisy e eu, uma reunião dom o Prefeito, que está empenhado em resolver, para que estes bens que estão em Campinas sejam efetivamente transferidos para o Município. De nossa parte estamos tentando resolver. A conselheira Regina Márcia Moura

Tavares acha o tombamento importantíssimo, só que será favorável na medida em que se faça um parque neste espaço, com jardinagem e animação cultural. Em alguns países, como França e Canadá, primeiro é feito um vídeo do que é o local, depois há a visita passando por todos os espaços. Seria muito importante a criação de um parque onde as pessoas possam circular. O presidente Claudiney Carrasco coloca que ainda é uma coisa que não podemos, apesar de termos muito interesse, pois o patrimônio ainda não é de Campinas. Esta investida séria, se conseguida, permitiria a implantação de um projeto para fazer do local um segundo Taquaral, mas não podemos porque não é nosso. O Palácio da Mogiana não é nosso. Vamos tomar e depois brigar para poder ocupar. Quando nos preparamos para ocupar os espaços, eles reclamam. O Governo Federal, Estadual e o DNIT precisam resolver, mas a ALL ainda não desocupou todos os prédios. Queremos que isso seja nosso. A conselheira Daisy Serra Ribeiro diz que os bens tombados de herança da FEPASA devem por bem passar para a Cidade. O presidente Claudiney Carrasco conta que o DNIT quer utilizar alguns prédios desta área como Reserva Técnica, isto é, depósito de lixo, onde tudo que não tem mais utilidade seja despejado nestes bens. O conselheiro Roberto Simionatto faz um adendo à solicitação da conselheira Regina Márcia para que caminhe simultaneamente ao tombamento. O presidente Claudiney Carrasco coloca que na Estação Cultura tem locomotivas desmontadas, que não se pode mexer por ser um patrimônio da União, mas na Subestação não existe isso, ao se tomar, podemos conversar e dizer que vamos ocupar o espaço. O conselheiro Sérgio Caponi vê muito a questão de uso, que é determinante. O equipamento que tem na Subestação é nulo em interesse, o proprietário vai chegar lá e não vai entender. Chama a atenção, pois primeiro não sabe quem é o dono; a arquitetura do local para 1920 é muito avançada, vinte anos adiantada pela época. O retorno do prédio em questão de uso pela população é zero, apesar de ser muito interessante; o prédio está ao lado de uma via expressa, como será daqui a cem anos? Não podemos gerar um problema para o futuro emperrando o desenvolvimento. É favorável ao tombamento do prédio, mas não vê validade nas torres de energia. Usavam uma entrada de energia de 88.000 Volts que era baixada para 2.300 Volts e que depois o grupo motor transformava em 3.000 Volts para alimentar a rede. Foi mostrada a foto do transformador, não é um registro histórico. Tomar desde que se tenha a possibilidade de uso do prédio. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira procurando esclarecer o conselheiro Caponi diz que, à época, o tipo de sistema de geração elétrica talvez implicasse em utilizar geradores e transformadores que permitiam a conversão de corrente alternada em corrente contínua, lembrando Nikolas Tesla, que criou o modelo-padrão americano de corrente alternada como meio mais eficiente para a distribuição de energia elétrica em detrimento do sistema empregado por Thomas Edison. O conselheiro Roberto Simionatto fala que existe o detalhe de que não podemos trincar por conta de futuro alargamento da avenida. Se o objetivo é preservar a história, devemos pensar nos prédios e seu interior, os transformadores são obsoletos. Para nós é óbvio, para um jovem vale

preservar como história. O trem que transitava nessa época recebia a energia por um fio e essa energia vinha de Jundiaí. Acha dispensável tombar terreno, não tombar a área do entorno. O vice-presidente Herberto Guimarães diz que a questão é a seguinte: existe a preocupação com o Monumento. Na Resolução faz-se uma delimitação; a Lei diz que a área envoltória pode ser de até 300 m, mas no tombamento verifica-se qual deve ser essa área, podendo o tombamento ser feito sem nenhuma área envoltória. A questão da área envoltória é apresentada na Resolução. O conselheiro e técnico da CSPC Henrique Anunziata diz que a marcação apresentada neste estudo praticamente não tem área envoltória. A conselheira Olga von Simson coloca que na verdade, o tombamento irá iniciar uma série de negociações. Há uma boa chance de se preservar uma memória, transformar em espaço de memória técnica. O presidente Claudiney Carrasco comenta que há um monte de projetos, devemos trazer para nós a verba federal, que o Governo Estadual e/ou Federal possa gerir o patrimônio, mas que cedam para nós à utilização. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares diz que a preservação da memória deve existir para dar às novas gerações conhecimento do passado, para organizar o presente e o futuro. O progresso nas Américas sempre foi mimético. A memória preservada deve alavancar um desenvolvimento auto-referido. A conselheira Daisy Serra Ribeiro diz que o que foi encontrado mesmo que seja um gerador, um transformador, tem relação a um conjunto, que mostra o gerar uma novidade na época. O primeiro local a ter iluminado com energia elétrica em Campinas foi a Estação. O prédio foi copiado, mas adaptado para as nossas condições inclusive climáticas. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares acrescenta que sempre se trazia "Know How" de fora. Entretanto, comprava-se maquinário que os técnicos locais, com 50 anos de experiência, tinham de adaptar para a utilização. Entre outros, por tal motivo estamos até hoje pagando a dívida externa. O conselheiro Sérgio Caponi comenta que tem uma filha médica e que ela pondera que se deve começar pela pior doença para se chegar a uma gripe. Parte do princípio de não se tombar nada, tudo é exemplo de tudo, devemos usar o critério anamnético. Evidentemente reconhece um registro histórico como a Biblioteca do Colégio Culto à Ciência onde houve uma perda incomensurável de compêndios de química e alquimia que sumiram na reforma do prédio. O prédio da Subestação é "sui generis", começo da eletrificação das ferrovias, passando depois para o diesel. Temos que nos ater que é não só o valor do bem é do valor da sociedade. O presidente Claudiney Carrasco diz que não devemos nos ater neste debate, devemos nos ater ao conteúdo para não ficarmos em debates intermináveis. O conselheiro Cláudio Orlandi coloca que já há algum tempo faz parte do Conselho e acredita que o que importa é o conjunto. Não devemos pensar em fragmentos, mas no todo. O presidente Claudiney Carrasco pondera que a posição da mesa é pelo tombamento do complexo. Coloca em votação o tombamento da Subestação conforme proposto – **APROVADO por unanimidade.** O Conselho **APROVA o Tombamento do Processo nº. 004/12 – "Subestação Lix da Cunha" - Subestação de energia elétrica**

para tração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, localizada na Avenida Lix da Cunha, entre a Rua Eugênio F. Camargo na Vila Teixeira e próximo ao antigo Conjunto de Casas do IAPI. / **a – Apresentação de Estudo para Tombamento após cumprimento do Decreto nº. 15.471/06 – Igreja São José e Casa Paroquial**, imóvel à Rua 24 de Maio nº. 477, lote 01, QT. 1287, Vila Industrial – Processo nº. 001/13. Estudo e apresentação por: Henrique Anunziata (Historiador) e Sandra Geraldi Milne-Watson (arquiteta), técnicos da CSPC. O Pe. José Eduardo Meschiatti pede para que antes da apresentação seja elucidada a questão da solicitação de tombamento. O conselheiro Antônio Euler Lopes Camargo é seu paroquiano e pediu que sua secretária digitasse a sua solicitação para que houvesse o estudo para o tombamento da Paróquia São José; a secretária utilizou o papel timbrado da Paróquia Santa Tereza D'Ávila. Solicita que conste em ata que esta solicitação não é da Paróquia Santa Tereza D'Ávila e sim do conselheiro Antônio Euler Lopes Camargo. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que quem assina a solicitação é o Prof. Euler, mas como foi feita no papel timbrado da Paróquia Santa Tereza D'Ávila, no momento de ser protocolizado ficou equivocadamente em nome da Paróquia. Continuando explica que este estudo está sendo trazido após o cumprimento do Decreto n. 15.471/06 e não tendo óbice de nenhuma Secretaria está sendo apresentado, oficializando a abertura que tinha sido aprovada pelos Conselheiros e trazendo já a proposta de tombamento. Passa a palavra aos técnicos da CSPC para apresentação: "A proposta de tombamento se refere à Igreja São José e Casa Paroquial: No século XIX, Campinas passava por transformações bastante significativas, principalmente proporcionada pela estrutura cafeeira que aqui se modernizou, gerando a necessidade de mão-de-obra especializada, devido as empresas que se instalavam, como as ferrovias, os curtumes, as indústrias têxteis entre outras. O espaço dividia-se naturalmente, através da questão social. O que está a frente da estação da Cia. Paulista, é a cidade planejada e capitalista; e o que se mantém atrás, é a dos operários, os que chegam para trabalhar. Dentro desta conjuntura na "parte de trás", há o Matadouro Municipal, o Lazareto dos Morféticos, o Lazareto dos Variolosos, a "Hospedaria dos imigrantes" chamada de "Immigração". Atualmente a área é chamada de "Vila Industrial", porém chegou a ter duas denominações anteriores como "Campo de Sant'Anna" e "Immigração". Percebemos durante os estudos, a modificação espacial ocorrida nesta parte do mundo urbano. No mapa de 1878 verifica-se a marcação dos cemitérios, sem indicar outras edificações. O mapa de 1893 não apresenta a marcação após a estrada de ferro, apesar de existirem várias construções na Vila industrial. Na planta de 1900 já existe a demarcação de quadras e edificações, porém não apresenta qualquer indicação em relação ao casario operário existente. A Igreja de São José seria construída neste espaço 21 anos depois. Contudo existe a marcação da primeira capela nesta área, a Capela de São Lázaro, construída entre os anos de 1880 a 1890 e demolida no início do século XX, próxima ao Hospital dos Morféticos. Na Europa devido ao surgimento da sociedade industrial e urbana e os novos conceitos, muda paulatinamente os vínculos da

Igreja com o Estado, situação esta que também ocorreu no Brasil a partir da metade do século XIX. Com a vigência do padroado na sociedade brasileira até o final do século XIX, o enfretamento da questão sobre as novas ideias e valores pode ser adiado, mas não evitado. A Diocese de Campinas foi criada em 1908, como uma tentativa de resolver os problemas locais da instituição católica originária "por motivos de novos hábitos", que propagava por todo o País. No ano de 1915 o Padre Adriano Procken decidiu fundar a primeira casa oficial dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, obtendo a autorização do Bispo Dom Francisco de Campos Barreto. Com este documento ficou decidido a primeira divisão da paróquia Nossa Senhora da Conceição e, que deveria a nova paróquia ser formada no Bairro da Vila Industrial, cujo Decreto diocesano foi emitido em 03 de junho de 1921. A Igreja de São José foi inaugurada na data de primeiro de junho de 1924. Em registros iconográficos de 1928 nota-se a inexistência ainda das torres sineiras da Igreja São José. No ano de 1940 é construída a primeira torre sineira e em 1944 iniciam-se as primeiras pinturas na parte interna do templo. Em 1946, a festa do padroeiro São José foi transferida para o dia 1º de maio, conforme decreto Papal que lhe conferiu o título de "Operário". A data foi escolhida por tratar-se do Dia Internacional do trabalho. Foi inaugurado, às 24 horas do dia 31 de dezembro de 1948, o relógio na torre sineira, com quatro mostradores de 1,80 m de diâmetro. Em fevereiro de 1977, a igreja é interditada pela Prefeitura Municipal de Campinas, em virtude de não oferecer garantia de segurança. Após as intervenções, neste mesmo ano em novembro, o espaço é novamente aberto a público. A planta de 1929 foi a primeira a demonstrar a área em estudo e os casarios do bairro Vila Industrial. Os espaços internos da Igreja São José preservam praticamente todos os elementos de composição arquitetônica, a saber: - Esquadrias de portas e janelas; - Vitrais; - Mobiliário correspondente; - Cobertura e estrutura do telhado; - Revestimentos de forro de madeira decorado; - Revestimento de ladrilho hidráulico e granilite; - Paredes adornadas pelas imagens santas e oratórias de pedestal; - Torre sineira com o sino; - A máquina do relógio holandesa de 1955 e a roldana do martelo sineiro. Na torre sineira oeste existe em cada um dos lados uma abertura que permite a vista de quatro pontos cardeais no bairro da Vila Industrial. A cobertura (interna e externa) encontra-se alterada. O telhado era originalmente coberto de telha cerâmica, tipo francesa. Atualmente, apresenta-se em fibrocimento. Porém, a estrutura de sustentação ainda se encontra conforme o original, em madeira. Sugerimos o tombamento da Igreja São José e a respectiva Casa Paroquial, por ter como característica própria uma arquitetura eclética com predominância de elementos neogóticos de composição inserida nas fachadas, nos revestimentos dos pisos internos, nos forros, nas paredes e nos ornatos. Diretrizes para o Tombamento: **Da Igreja São José, tombar:** - a volumetria da igreja, correspondente: ao telhado, na sua totalidade; às fachadas, na sua totalidade. **Da Casa Paroquial, tombar:** a volumetria da casa paroquial, na sua totalidade; a fachada externa (norte), na sua totalidade. **Proposta de área envoltória:** 1. faixa de 4,00 (quatro) metros "non aedificandi" contada a partir

da fachada sul da Igreja (acesso lateral à Igreja); 2. faixa de 10,00 (dez) metros “non aedificandi” contada a partir da fachada leste da Igreja (pátio interno); 3. faixa “non aedificandi” contada da fachada leste da Casa Paroquial até os limites do lote (entrada lateral da Casa paroquial); 4. a edificação anexa aos bens tombados existente poderá sofrer intervenção desde que precedida de projeto analisado e aprovado pelo CONDEPACC; 5. a área restante do pátio poderá sofrer intervenções desde que precedida de projeto analisado e aprovado pelo CONDEPACC”. O conselheiro Roberto Simionatto homenageia os autores pelo estudo e levantamento. A conselheira Vera Lúcia Pessagno Brésia diz estar muito comovida, pois começou a cantar nesta Igreja; naquela época morava na Vila Industrial. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira esdarece que, no século XIX, a atual Rua 13 de Maio era a antiga Rua São José, também conhecida como Rua dos Sapateiros, e que a Rua Conceição era conhecida como Rua do Nascente, pois o Sol nasce exatamente naquela direção no solstício de inverno. Informa que notou, pela apresentação realizada, que a Igreja São José possui muita influência maçônica expressa em sua construção, como o simbolismo nos pisos quadriculados em preto e branco. A área envoltória, em seu ponto de vista, deveria ser maior para que não haja a construção de nenhum prédio que interfira na visualização da Igreja e que permita manter as diversas informações que esta proporciona. O conselheiro destaca que, em seus estudos de arqueoastronomia dos patrimônios históricos de Campinas, objeto de suas pesquisas há quase vinte anos e de sua dissertação de pós-graduação em astronomia, a Igreja São José possui propositadamente linha-de-visada unindo a torre da Catedral e a torre da Estação Cultura determinando o eixo Leste-Oeste de Campinas, possuindo um exato alinhamento em relação aos pontos cardeais e outras características peculiares (relógios, janelas, etc.); continuando discorre sobre a configuração astronômica planejada da cidade e que isto estabeleceu todo o plano urbano do município desde a sua fundação, em 14 de julho de 1774; prossegue esclarecendo a partir de outros patrimônios históricos, do mapa de Campinas de 1878, explicando sobre a declinação solar, solstícios, equinócios, referências geodésicas. Afirma que Campinas possui diversos elementos geodésicos e da milenar ciência do espaço que devem ser mais bem estudados e preservados, permitindo até que a incidência da luz solar possa ser mais bem aproveitada, como no caso da Catedral, aonde no forro se encontram dois anteparos brancos instalados em ângulos de 45° e janelas posicionados de maneira a permitir a entrada da luz natural para dentro do templo. O conselheiro conclui com parabéns ao Henrique e à Sandra, também solicitando que seja considerado o aumento da área envoltória. O presidente Claudiney Carrasco comenta que pela fala do Orlando fará um esforço grande para que tenhamos uma linha de publicação em Campinas com um ciclo de palestras para que as pessoas possam se inteirar desses estudos. Adorei, é realmente um elogio, é autorreferente e precisamos levar isso a público. O conselheiro Sérgio Caponi pede informações sobre as Ruas Sales de Oliveira e Armando Sales de Oliveira. O conselheiro Henrique Anunziata explica que um é pai e o outro é filho; a

documentação é de 29, época do reemplacamento. O Pe. José Eduardo Meschiatti diz que no final do séc. XIX começo do séc. XX D. Nery trouxe missionários para uma romanização da Igreja Católica no Brasil com influência direta do Papa. A conselheira Olga von Simson diz que esse fato de trazer o catolicismo romano foi uma forma de se eliminar o catolicismo popular. O vice-presidente Herberto Guimarães explica que a Maçonaria não tem tendência religiosa, é laica; se a Igreja ou qualquer instituição não tivesse a tendência política não teria a força. A Maçonaria não é secreta é discreta. A conselheira Daisy Serra Ribeiro comenta que a maçonaria de D. Pedro foi a que propiciou que houvesse no Brasil a Igreja Evangélica. O conselheiro Sérgio Caponi fala que a maçonaria de D. Pedro tinha origem na Inglaterra. O vice-presidente Herberto Guimarães explica que a maçonaria da França é mais moderna; a forma pode ser diferente, mas o princípio é um só. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares coloca que é pelo tombamento. Sugere que a Secretaria de Cultura que organiza a caminhada de Sosas e Joaquim Egídio organize também uma caminhada pela Vila Industrial, uma vez por mês. Que seja inclusive dada a sugestão ao Secretário de Turismo. O presidente Claudiney Carrasco diz que encaminhará à Secretaria de Turismo a sugestão de Caminhadas Urbanas Culturais. O Turismo é parceiro. O conselheiro Cláudio Orlandi coloca que o Américo faz passeios históricos pela Cidade. O conselheiro Jamil Cury Sawaya pergunta se os padres da Congregação a que a Paróquia São José pertence, foram consultados? A conselheira Daisy Serra Ribeiro expõe que as portas foram abertas para que o levantamento pudesse ser feito, mas lembra de que em todo tombamento existe um prazo de quinze dias para apresentação de recurso. A técnica da CSPC Sandra Geraldí Milne-Watson informa que a Igreja já é preservada pela Resolução do Complexo Ferroviário, não é tombado, mas preservado. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que a CSPC estava trabalhando em uma Resolução que preservava todo o Centro Histórico, sendo que a Igreja se inseria nessa situação. O Conselho há alguns anos atrás avaliou que os prédios preservados não têm benefício algum e que aqueles que realmente tivessem interesse histórico para tombamento deveriam ser retirados desses "preservados". A conselheira Olga von Simson conta que a Festa de São José Operário como é chamado pelo povo, é em Março e é feita no pátio interno da Igreja. Devemos nos preocupar com estas festividades no sentido da manutenção da cultura imaterial e com o espaço onde elas acontecem. O presidente Claudiney Carrasco coloca em votação o tombamento da Igreja São José e da Casa Paroquial conforme proposto, com uma abstenção do conselheiro Nelson Ribeiro Machado, é **APROVADO o tombamento**. O Conselho **confirma a Abertura de Estudo e APROVA o Tombamento do Processo nº. 001/13 – Igreja São José e Casa Paroquial**, imóvel à Rua 24 de Maio nº 477, lote 01, QT. 1287, Vila Industrial; **após cumprimento do Decreto nº. 15.471/06**. O presidente Claudiney Carrasco diz que com relação ao item c da Ordem do Dia deixaremos para outra reunião que deverá começar no máximo às 10 h pela quantidade de itens a serem discutidos. Se não dermos conta faremos reunião extraordinária. / c – **Apresentação de Estudo**

para Tombamento do Processo nº. 009/09 – “Conjunto de Imóveis à Rua Alferes Raimundo nº s.: 08 – lote 11, 18 – lote 11, 24 – lote 10, 30 – lote 09, 36 – lote 08, 44 – lote 07, 50 – lote 06, 58 – lote 05, 64 – lote 04, 72 – lote 03, 80 – lote 02, 88 – lote 01, 96 – lote 01 – QT. 1307; 41 – lote 11, 49 – lote 10, 51 – lote 09, 57 – lote 08, 59 – lote 07, 63 – lote 06, 65 – lote 05, 73 – lote 04, 81 – lote 03, - QT. 1290; e o imóvel n. 116 – lote 10 – QT. 1303 – Vila Industrial. Estudo e apresentação por: Henrique Anunziata (Historiador) e Sandra Geraldi Milne-Watson (arquiteta), técnicos da CSPC. O Conselho **ACATA a solicitação da presidência para que a abertura de tombamento seja apresentada em próxima reunião. REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres favoráveis da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 03 – Protocolado nº. 13/10/07825 PG (12/10/36953).** Interessado: Pier Giorgio Saruis. Assunto: solicitação de autorização para regularização de obra realizada em imóvel tombado pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 004/93 e Resolução nº. 020/94, situado à Praça Antônio Pompeo s/nº. Parecer favorável da CSPC à readequação realizada, pois retomou a configuração original dos espaços (demolição de balcão, o piso cerâmico mantido, os três vãos de comunicação entre os salões foram fechados, retomando a configuração de 1960). O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC à readequação realizada, pois retomou a configuração original dos espaços (demolição de balcão, o piso cerâmico mantido, os três vãos de comunicação entre os salões foram fechados, retomando a configuração de 1960). / **04 – Protocolado nº. 07/10/10043 PG.** Interessado: Eleutério Souza Ferreira Filho. Assunto: solicitação de demolição total de imóvel à Rua Dr. Ricardo nº. 302, lote 13, QT. 29, Centro, imóvel indicado para preservação total da fachada e volumetria pela Resolução nº. 004/90 (Complexo Ferroviário FEPASA). A época da solicitação o parecer foi contrário à demolição, porém favorável à reforma conforme proposto em croqui com preservação de volumetria e fachada. **Encaminhamento para aplicação de multa em imóvel totalmente descaracterizado, não tendo cumprido às determinações da reforma.** O Conselho **referenda e aprova o encaminhamento para aplicação de multa em imóvel totalmente descaracterizado, não tendo cumprido às determinações da reforma.** / **05 – Protocolado nº. 13/70/1241 PS.** Interessado: Aderval Fernandes Juniors – Diretor – DAF/SMSP. Assunto: solicitação de orientação técnica à necessária intervenção de manutenção de troca da cobertura e pintura da guarita de entrada do Bosque dos Jequitibás quanto às cores que devem ser utilizadas visando a manutenção das características do local, Processo de Tombamento nº. 003/93, Resolução nº. 013/93. Parecer favorável da CSPC à realização de obras de intervenção de manutenção na guarita de entrada do Bosque, desde que atendidas as orientações: 1. Reposição das telhas de barro com estruturação de madeira; 2. Recolocação dos elementos decorativos (pinhas) sobre as extremidades superiores da fachada frontal; 3. Recomposição dos florões decorativos sobre a envasadura da porta e aqueles que coroam as faces superiores e inferiores do

vão da janela existente; 4. Recomposição de argamassa prévia à pintura em trechos danificados; 5. Pintura com tinta à base d'água, tipo látex PVA na cor seguindo as mesmas tonalidades conforme a atual. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC à realização de obras de intervenção de manutenção na guarita de entrada do Bosque, desde que atendidas às orientações: 1. Reposição das telhas de barro com estruturação de madeira; 2. Recolocação dos elementos decorativos (pinhas) sobre as extremidades superiores da fachada frontal; 3. Recomposição dos florões decorativos sobre a envasadura da porta e aqueles que coroam as faces superiores e inferiores do vão da janela existente; 4. Recomposição de argamassa prévia à pintura em trechos danificados; 5. Pintura com tinta à base d'água, tipo látex PVA na cor seguindo as mesmas tonalidades conforme a atual. / **06 – Protocolado nº. 13/10/07666 PG.** Interessado: José Eduardo de Almeida. Assunto: solicitação de autorização para nova construção próxima à edificação tombada (conservatório musical de dois pavimentos), conforme Processo nº. 001/03, Resolução nº. 039/03, Capela de Santa Cruz, situada à Rua dos Expedicionários nº. 873, Distrito de Sousas, "Treze Imóveis Institucionais e Públicos de Sousas e Joaquim Egídio". Parecer favorável da CSPC à nova construção pelo fato de não interferir prejudicialmente nem mesmo visualmente na Capela Santa Cruz. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC à nova construção pelo fato de não interferir prejudicialmente nem mesmo visualmente na Capela Santa Cruz. Nada mais havendo, o presidente Claudiney Rodrigues Carrasco agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 25 de abril de 2013.